

O USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E O ACESSO A DOCUMENTOS NO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

André Luiz Ogando Pereira

Arquivista do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-MG)
Mestre em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento da Universidade FUMEC
E-mail: andreogando@yahoo.com.br

Marta Macedo Kerr Pinheiro

Professora do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento da Universidade FUMEC
E-mail: marta.kerr@fumec.br

Resumo: Com o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), especialmente a partir de 1990, observou-se progressivamente a adoção de suas ferramentas por diferentes instituições, como os arquivos. Além de *hardwares*, as TIC passaram a disponibilizar *softwares* e redes de dados voltadas à disponibilização da informação. Exemplo de Instituição que adotou as TIC foi Arquivo Público Mineiro (APM), fundado em 1895 e localizado na cidade de Belo Horizonte. A pesquisa se guiou pela questão: qual o efeito promovido pelo uso das TIC, a partir de 1990, no acesso a documentos do APM? Dessa forma, o objetivo geral foi verificar o efeito do uso das tecnologias, a partir de 1990, na ampliação e diversificação do acesso a documentos do APM. A pesquisa foi tipicamente descritiva e qualitativa e, para sua realização, foram coletados dados por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas. Como resultados, constatou-se que as principais ferramentas adotadas foram a digitalização, em 1999, e o Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro (SIAAPM), em 2007. Além de contribuir com a preservação do acervo, essas ferramentas permitiram não apenas o aumento do número de acessos aos documentos da Instituição, como também contribuíram com a diversificação do público atendido.

Palavras-chave: Acesso à Informação. Arquivos Públicos. Tecnologias da Informação e Comunicação.



1 INTRODUÇÃO

Esse artigo apresenta os resultados de uma pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento (PPGSIGC) da Universidade FUMEC, localizada em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais. A dissertação, intitulada “O Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação no Acesso a Documentos no Arquivo Público Mineiro”, tratou do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no acesso a documentos em arquivo público. Levando-se em conta o elo entre arquivos públicos, as tecnologias e o acesso à informação, percebe-se que a união entre esses três elementos é justamente o ponto de interseção no qual se inseriu a pesquisa, uma vez que objetivou-se verificar o efeito do uso das TIC, a partir de 1990, no acesso a documentos do Arquivo Público Mineiro (APM), instituição arquivística pública localizada na cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais. A pesquisa apresenta um caráter tipicamente descritivo, qualitativo e indutivo. Estiveram fora do escopo da pesquisa questões envolvendo estudos detalhados dos usuários e do atendimento de suas demandas, bem como questões envolvendo políticas de preservação do acervo.

2 OBJETIVOS

Considerando-se o objetivo geral apresentado na Introdução, foram estabelecidos três objetivos específicos: **identificar as ferramentas das TIC usadas pelo APM, a partir de 1990;**, **verificar se o uso das ferramentas tecnológicas promoveu a ampliação do acesso a documentos da Instituição** e **verificar se o uso das ferramentas tecnológicas permitiu a diversificação da composição do público atendido pela Instituição.**

3 ACESSO À INFORMAÇÃO: CONCEITOS E IMPORTÂNCIA

A definição da palavra acesso pode ser obtida junto ao Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, instrumento publicado pelo Arquivo Nacional e referência em termos arquivísticos no Brasil. Conforme o documento aponta (2005, p.19), o termo acesso diz respeito à “possibilidade de consulta a documentos e informações” e à “função arquivística destinada a tornar acessíveis os documentos e a promover sua utilização”. A partir dessa definição, fica claro que o termo pode fazer menção à consulta tanto aos documentos propriamente ditos, quanto às informações que a eles se referam. Tal compreensão torna-se importante na medida em que, em relação ao objeto de estudo, que é o APM, diferentes variações de consulta podem ser contabilizadas como acesso. E, uma vez entendido o conceito de acesso, faz-se necessária a compreensão do seu papel. A esse respeito, Andrade e Cardoso (2014, p.108) apontam que:

O acesso à informação (como sinônimo de acesso ao conhecimento) tornou-se uma exigência para a plena inserção na vida social, capacitando-se o indivíduo para fazer escolhas, tomar decisões, adquirir bens e serviços, usufruir de benefícios socioculturais, participar ativamente da movimentação política em torno da gestão da sociedade.

E, considerando-se a questão social, percebe-se que não cabe unicamente aos indivíduos a responsabilidade no processo de acesso à informação, isto é, há o Estado como outro ator com importante papel nesse processo. A questão do acesso coloca o Estado na posição de agente participativo e preditivo, no sentido de ser uma instância fundamental para a disponibilização de informações públicas aos cidadãos, por meio de políticas públicas de informação. Nesse sentido, tem-se que:

O direito de acesso à informação, no contexto atual, insere-se como direito humano fundamental e passa a exigir que os Estados informem aos cidadãos sobre seus atos como exigência do direito de participação nos processos de tomada de decisão em sociedades democráticas. [...]. Nesse sentido, nas modernas Leis de Acesso à Informação, tal direito

passa a ser compreendido como direito de acesso às informações em poder de órgãos públicos, que possuem como contrapartida o dever estatal de prestar informações, mantendo, inclusive, registros e cadastros acessíveis ao público, independentemente de requisição (ANDRADE; CARDOSO, 2014, p.117).

Portanto, o direito de acesso à informação da sociedade passa também pelo dever de disponibilização dessas informações por parte do Estado. Nesse contexto, há de se considerar alguns dispositivos legais foram criados, no país, com o propósito de garantir e democratizar o acesso, alguns dos quais estão apresentados na sequência.

3.1 Acesso à informação no Brasil: lei de acesso à informação e outros dispositivos legais

Diferentes são os dispositivos legais publicados no Brasil que tratam da temática do acesso, sendo alguns mais abrangentes e outros mais sucintos, mas fato é que esses dispositivos, em seu conjunto, compõem um importante arcabouço com potencial para contribuição na promoção do acesso à informação, considerando-se os diferentes poderes e esferas da Administração Pública. O destaque inicial é dado àquela que, por alguns, é considerada um marco na questão do acesso à informação no Brasil: a Lei de Acesso à Informação (LAI). A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida também como Lei de Acesso à Informação, regulamentou o acesso à informação no Brasil, sendo que sua abrangência é nacional, uma vez ela dispôs, em seus incisos I e II, do parágrafo único, que subordinam-se a ela “os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público” e “as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios”. Em seu art. 1º, a lei estabelece o seu propósito e afirma que ela irá dispor sobre “os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal”.

Além da LAI, outro dispositivo que merece destaque é a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988. Em seu inciso XIV, do art. 5º, do Título II (Direitos e Garantias Fundamentais), do Capítulo I (Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos), a Constituição Federal afirma que “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”.

Outro dispositivo ligado ao acesso é a Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, conhecida como Lei de Arquivos, que dispôs sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privado. Em seus arts. 18, 19, 20 e 21, a Lei de Arquivos ressalta o papel das esferas públicas, dos diferentes poderes,

não apenas em preservar, mas também em “facultar o acesso aos documentos sob sua guarda”. Acerca da regulamentação da Lei de Arquivos, ela ocorreu por meio do Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, o qual estabeleceu competências e detalhou alguns pontos da lei que o originou.

Todos dispositivos mencionados anteriormente foram publicados em nível federal, mas é fundamental mencionar também um importante dispositivo publicado em nível estadual, uma vez que o APM é uma Instituição do Poder Executivo Estadual. Em 11 de janeiro de 2011, foi promulgada, em Minas Gerais, a Lei nº 19.420, a qual estabeleceu a Política Estadual de Arquivos. O inciso V, do art. 2º, afirma que cabe à Política Estadual de Arquivos, entre outras coisas, “assegurar o acesso às informações contidas nos arquivos, observadas as disposições legais”. Feitas as ponderações necessárias e considerando-se os dispositivos apresentados, fica claro o papel do Estado na promoção do acesso à informação, sendo que a legislação que trata dessa temática reforça esse papel, inclusive, por meio da criação de instâncias responsáveis pela guarda e pela disponibilização de informações. Essas instâncias, no contexto da pesquisa, correspondem aos arquivos públicos, os quais são tema da discussão seguinte.

3.2 Além da guarda: arquivos públicos como instâncias de acesso a documentos e informações

Compreender a função e o papel dos arquivos públicos é tarefa que leva, naturalmente, à necessidade de entendimento de sua origem, sendo que a discussão a seguir tratou justamente da compreensão do papel e do surgimento dessas instâncias. Segundo aponta Paes (2004, p. 19):

Há dúvidas quanto à origem do termo arquivo. Alguns afirmam ter surgido na antiga Grécia, com a denominação de *arché*, atribuída ao palácio dos magistrados. Daí evoluiu para *archeion*, local de guarda e depósito dos documentos. Ramiz Galvão (1909) o considera procedente de *archivum*, palavra de origem latina, que no sentido antigo identifica o lugar de guarda de documentos e outros títulos. As definições antigas acentuavam o aspecto legal dos arquivos, como depósitos de documentos e papéis de qualquer espécie, *tendo sempre relação com os direitos* das instituições ou indivíduos. Os documentos serviam apenas para estabelecer ou reivindicar direitos. Quando não atendiam mais a esta exigência, eram transferidos para museus e bibliotecas. Surgiu daí a ideia de *arquivo administrativo e arquivo histórico*.

Percebe-se o entendimento que havia, no período, acerca da função de um arquivo, sendo que transferiam-se os documentos históricos a esses locais quando eles não mais serviam ao papel de garantia de direitos, ou seja, quando lhes restava apenas um valor histórico. Portanto, via-se surgir uma divisão na compreensão do papel dos arquivos, havendo, de um lado, os arquivos administrativos, os quais tinham papel ativo na garantia de direitos, e, de outro lado, os arquivos históricos, os quais, como mencionado no trecho anterior, recebiam documentos que não mais cumpriam o propósito original de garantia de direitos, ou seja, esses arquivos configuravam-se

como locais meramente de guarda, tendo essa visão se estendido durante muito tempo. Porém, ao longo do tempo e especialmente no período contemporâneo, os arquivos passaram a ser identificados também como locais de acesso, vindo a ser consultados com outros propósitos, que não os tipicamente históricos, mas sem nunca perder este valor. Sobre isso, Paes (2004, p. 121) afirma:

Não se pode dividir o arquivo em dois compartimentos: velho (ou histórico) e administrativo. Na realidade, são pura e simplesmente arquivos em incessante processo de transformação. Os documentos históricos de hoje foram os administrativos de ontem e os administrativos de hoje serão os documentos históricos de amanhã. Mesmo os documentos históricos de hoje podem tornar-se novamente administrativos amanhã, por diversas circunstâncias, devido à sua utilização.

Portanto, ao longo do tempo, passou a existir uma visão diferente da original, a qual passou a visualizar os arquivos, referindo-se aqui aos arquivos públicos, como fontes de informação, seja para a administração que os originou, para a história ou para os cidadãos, de uma forma geral. Bellotto (2006, p. 28) reforçou esse papel amplo, e não apenas histórico, dos arquivos públicos, afirmando que:

A justificativa para a organização de arquivos públicos está na ordem direta do interesse dos quatro tipos fundamentais de público que dele fazem uso: 1. O administrador [...]. 2. O cidadão [...]. 3. O pesquisador [...]. 4. O cidadão comum, aqui não mais interessado em dados juridicamente válidos, mas o cidadão não graduado, o aposentado, a dona-de-casa, etc. à procura de cultura geral, de entretenimento, em campos em que pode haver lugar para o conhecimento da história.

Portanto, a partir dos trechos anteriores, percebe-se que os arquivos públicos, que serviam em um primeiro momento basicamente à administração, passaram, com o decorrer do tempo, a servir também como fontes cada vez mais vivas de informação para pesquisadores e cidadãos, contemplando não apenas as buscas por informações de valor histórico, mas também aquelas ligadas à garantia de direitos. E, nesse contexto, o surgimento e a expansão das tecnologias, especialmente a partir de 1990, contribuíram sobremaneira para a atuação dessas instituições, pois novas ferramentas ampliaram as possibilidades de consulta e acesso às informações contidas nessas instituições.

3.3 As tecnologias da informação e comunicação e o acesso a documentos em arquivos públicos

No fim do século XX, mais precisamente na década de 1990, observou-se a emergência de novos recursos ligados à Informática, entre os quais incluíam-se *hardwares*, *softwares*, redes de

dados e outras ferramentas que permitiram, entre outras coisas, que a informação fosse disseminada por meio de novos padrões e sob novas perspectivas. Nesse contexto, tem-se também o impacto advindo do surgimento e da expansão da Internet, com reflexos nos processos de disseminação da informação. Castells (2005, p. 89) aponta essa importância, afirmando que:

Em fins da década de 1990, o poder de comunicação da Internet, juntamente com os novos progressos em telecomunicações e computação provocaram mais uma grande mudança tecnológica, dos microcomputadores e dos *mainframes* descentralizados e autônomos à computação universal por meio da interconexão de dispositivos de processamentos de dados, existentes em diversos formatos. Nesse novo sistema tecnológico, o poder de comunicação é distribuído numa rede montada ao redor de servidores da *web* que usam os mesmos protocolos da Internet, e equipados com capacidade de acesso a servidores em megacomputadores, em geral diferenciados entre servidores de bases de dados e servidores de aplicativos.

E, apesar de algumas inovações nos campos da Informática, comunicação e disponibilização da informação terem sido criadas antes da década de 1990, a expressão Tecnologias da Informação e Comunicação surgiu em 1997, cunhada pelo inglês Dennis Stevenson:

O termo TIC foi usado pela primeira vez por Dennis Stevenson, em sua obra *Information and Communications Technology in UK Schools - an independent inquiry* (1997), para antecipar uma política do governo britânico que deveria intensificar o uso das TIC nas escolas públicas do Reino Unido [...]. (COSTA, 2016, p.32).

Trazendo a expressão para os tempos atuais e considerando-se a evolução dos recursos informáticos e de comunicação ocorrida desde 1990, contextualizou-se o termo cunhado por Dennis Stevenson, de forma que, hoje, em um sentido amplo, tem-se que:

As Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC - podem ser entendidas como os meios que interferem nos processos informacionais e comunicativos das pessoas. São os recursos tecnológicos integrados entre si, que proporcionam, por meio das funções de *hardware*, *software* e telecomunicações, a automação e comunicação dos processos de uma sociedade (COSTA, 2016, p. 31).

Dessa forma, para efeito da pesquisa, considerou-se como ferramentas das TIC quaisquer elementos, sejam *hardwares*, *softwares*, redes de dados ou outras ferramentas, que tenham tido, direta ou indiretamente, o potencial de contribuir com a disponibilização e o fluxo da informação, de forma a possibilitar o acesso à informação. As instituições arquivísticas, como é o caso do APM, puderam beneficiar-se diretamente dessas ferramentas, pois elas ampliaram as possibilidades de acesso aos seus documentos. Feitas essas considerações, segue-se aos procedimentos metodológicos da pesquisa.

4 MÉTODOS

A pesquisa classifica-se como **descritiva, indutiva**, tendo uma abordagem **qualitativa** e sendo instrumentalizada pelo **estudo de caso**. A respeito do objeto de pesquisa, cabe mencionar que o APM foi criado pela Lei Estadual nº 126, de 11 de julho de 1895, sendo atualmente vinculado à Secretaria de Estado de Cultura do Estado de Minas Gerais. Para a pesquisa aqui descrita, elegeram-se como **procedimentos de coleta de dados: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas**, semiestruturadas e realizadas com *sete* funcionários e ex-funcionários do APM. A organização e a análise de dados podem envolver diferentes atividades, as quais são feitas com o objetivo de se conseguir cumprir os objetivos da pesquisa e, conseqüentemente, responder ao problema proposto. No caso da pesquisa aqui apresentada, os objetivos específicos foram os norteadores da definição das categorias de análise, uma vez que tais objetivos coincidem com as categorias de análise criadas, as quais são: **identificação das TIC, ampliação do acesso e diversificação do público**.

5 RESULTADOS

Antes da implantação das TIC propriamente ditas, na década de 1990, o APM já utilizava a técnica de microfilmagem para o tratamento do seu acervo. Segundo levantamento feito na pesquisa, a microfilmagem começou a ser adotada pelo APM por volta de 1973, tendo sido usada de forma mais extensiva até 2003, ou seja, por um período aproximado de 30 anos. O uso dessa técnica pela Instituição contribui com a preservação do acervo, na medida em que os documentos originais que eram microfilmados tinham menos necessidade de manuseio, uma vez que eles podiam ser acessados de outras formas. Embora seja anterior ao período da pesquisa, a microfilmagem foi importante, pois gerou materiais que vieram, futuramente, a ser usados na digitalização, ou seja, os microfilmes produzidos e acumulados ao longo dos anos puderam ser, a partir da década de 1990, digitalizados, contribuindo com a geração de versões digitais dos documentos.

5.1 Digitalização

Propósito: Em linhas gerais, a adoção da digitalização pelo APM, em 1999, teve o duplo propósito de preservação, pela menor necessidade de manuseio, e ampliação do acesso, quase como uma consequência pela facilidade de uso do documento. Projetos específicos de digitalização passaram a ser desenvolvidos mais enfaticamente a partir de 1999, quando a Instituição inseriu um

programa voltado para a informatização do acervo no seu Plano Diretor. Em cinco anos, a Instituição desenvolveu diversos projetos: Imagens do acervo fotográfico do APM: preservação e acesso em meio digital; Acervo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS): acesso em meio digital; projetos cooperativos de Digitalização da Comissão Construtora da Nova Capital; Edição eletrônica da Revista do APM e Preservação e acesso aos acervos das câmaras municipais, entre outros. Seguem, na sequência, trechos extraídos de entrevistas e que se relacionam, direta ou indiretamente, às questões ligadas à adoção da digitalização pela Instituição:

Esses editais que são lançados pela FAPEMIG possibilitam, então, o Arquivo Público Mineiro digitalizar fundos. O critério para escolha dos fundos sempre esteve ligado à política do edital e sempre esteve ligado a eixos pré-definidos pelos editais. **Essa digitalização, ela visava tanto o acesso, quanto a preservação.** Era uma coisa também da época da Internet lenta. **Os acessos primeiros de digitalização vieram através de CDs.** [...]. Então, se tinha acesso pelo CD, **mas o pesquisador ainda tinha que vir aqui pesquisar no arquivo, mas já não tinha que ir a Portugal para pesquisar.** Então, assim, isso é o que eu sinto, assim, **essa nova tecnologia, ela sempre foi uma ferramenta de democratização.** [...]. **É uma ferramenta de preservação importante no acervo [...].** Outra coisa importante é que ela era casada ainda com a microfilmagem, agora não sei como está, mas na época em que estava aqui como Diretor de Conservação, a microfilmagem andava passo a passo com o *backup*. **A gente digitalizou muita coisa que já estava microfilmada e digitalizou a partir do microfilme [...]** porque era mais fácil, **mais rápido você digitalizar do microfilme do que do próprio documento.** (Entrevistado 2, grifo nosso).

Em 2001, o Arquivo vai implementar a digitalização aqui no Arquivo e essa digitalização, ela vem em parceria com a UFMG, mas a finalidade era um projeto que estava em execução, que era um projeto de fotografia. Então, a partir de 2000 foram digitalizados os microfilmes e as imagens originais, porque tem serviço que só tem negativo e tem acervo que tem só original. (Entrevistado 3).

Quando chega na década de 90, surge uma nova forma de acesso, que é a reformatação digital: **a digitalização de documentos** e a circulação deles por meio de CDs. Então, quando chega essa tecnologia, ela chega na forma de CD, **mais ou menos em 1999.** [...]. **Você tem também outros projetos que vão surgindo de digitalização,** como caso de digitalização de fotografias. [...]. Isso tudo são prioridades, até como uma estratégia de conservação... [...]. (Entrevistado 4, grifo nosso).

5.2 Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro

O Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro (SIAAPM) foi outra tecnologia adotada, em 2007, pelo APM e que correspondeu à integração de diversos sistemas em um único, com o propósito de promover a disponibilização, na Internet, do acervo digitalizado pela Instituição, sendo a busca dos documentos feita por meio de campos específicos de pesquisa. O projeto para criação do SIAAPM foi concluído em janeiro de 2006, sob o título de “Acervo Documental do Arquivo Público Mineiro: preservação digital, integração de bancos de dados e aprimoramento do acesso público”, sendo que, além do acesso, o projeto também tinha como propósito preservar os

documentos digitais. O projeto, aprovado pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), em conformidade com a Lei Federal de Incentivo à Cultura/Lei Rouanet, foi apoiado pelo Programa Cemig Cultural, da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). Além de estar atrelado ao Plano Diretor da Instituição, a implantação do sistema contou, ao longo de seu desenvolvimento, com diferentes parcerias, a exemplo do Núcleo de Processamento Digital da Imagem, do Departamento de Ciência da Computação (NPDI/DCC), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), do Projeto de Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos (CPBA), da Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais (PRODEMGE), entre outros. O sistema foi oficialmente lançado em 5 de outubro de 2007. Os trechos a seguir, extraídos de entrevistas, relacionam-se, direta ou indiretamente, com a implantação do SIAAPM pela Instituição:

Nós fizemos toda essa digitalização e o desenvolvimento do software aqui no Arquivo e a partir daí a gente começou a trabalhar com a criação do site do Arquivo propriamente dito, que é o SIA. [...]. Nós tivemos uma crise, porque não conseguimos dar manutenção com terceiros. Apesar de ser código de fonte aberta, não conseguimos dar essa manutenção na época e aí contratamos a empresa do Bertholdo, que a partir daí assumiu, enquanto empresa, a manutenção e o desenvolvimento dos bancos de dados. (Entrevistado 2, grifo nosso).

Esse que foi o desafio quando a gente entrou lá: **criar um sistema único. O SIAAPM, ele inicia como Intranet**. O projeto dele é de 2006, era Intranet. [...]. Era tudo Intranet, toda essa fase aí que vai de 99 até 2007. Mas aí quando foi em 2007, a gente foi comprar o servidor que estava especificado [...] e caminha para Internet. Eu acho que é **em outubro de 2007 que começa a Internet**, era meio digital. (Entrevistado 4, grifo nosso).

Pode-se acessar o banco de dados da Instituição, o SIAAPM, **que foi implantado em 2007, no qual o acervo foi sendo inserido aos poucos, ao longo dos anos, conforme sua disponibilidade em meio digital**. O banco de dados ainda está sendo “alimentado”, devido ao grande volume de documentos que estão sob a guarda do APM. [...]. A implantação do SIAAPM foi resultado do projeto denominado “Acervo Documental do Arquivo Público Mineiro: preservação digital, integração de banco de dados e aprimoramento do acesso público”. (Entrevistado 7, grifo nosso).

5.3 Ampliação do acesso

O quadro a seguir (Quadro 1) apresenta a quantidade de acessos, por meio da quantidade de usuários presenciais e acessos remotos, ao longo dos anos:

Modalidade de Acesso	Anos							
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001 ¹	2002
Presencial	217	365	201	167	154	877	-	5.735
Remoto	-	-	-	-	-	-	-	-
Modalidade	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Presencial	4.630	5.862	5.259	5.746	5.735	3.699	3.023	-
Remoto	-	-	-	-	12.013 ²	86.022	205.845	348.727
Modalidade	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Presencial	-	-	-	-	-	-	-	-
Remoto	285.452	272.765	388.229	290.177	278.982	291.348	293.085	429.574

Quadro 1 - Quantidades de acessos entre 1995 e 2018 (Fonte: Dados da pesquisa).

a) Digitalização

A digitalização levou a um aumento da quantidade de usuários e de acessos na Instituição, pois a migração de documentos físicos para os suportes digitais tornou mais dinâmicas a recuperação e a localização dos documentos, bem como deu visibilidade a novos conjuntos documentais, que, ao serem tratados e disponibilizados digitalmente, atenderam mais amplamente demandas por informação. Conforme pode ser observado no Quadro 1, em 1999 houve uma quantidade de 154 usuários presenciais, sendo que nesse ano foi adotada a digitalização, enquanto em 2000 houve uma quantidade de 877 usuários, número que cresceu ainda mais nos anos seguintes, até o ano de 2007, quando foi implantado o SIAAPM. Ainda que, em um primeiro momento, os documentos oriundos da digitalização pudessem ser consultados só internamente, notou-se que, em relação ao ano de 1999, só em 2000 houve um aumento aproximado de 569,48% em relação à quantidade de usuários de 1999 e em 2002 um aumento aproximado de 3.724,03% em relação também a 1999. Em 2008, observou-se uma queda na quantidade de usuários, mas tal fato deveu-se, provavelmente, à implantação do SIAAPM, como será discutido na sequência. Seguem, a seguir, trechos extraídos de entrevistas e que se relacionam, direta ou indiretamente, às questões ligadas à ampliação do acesso proporcionada pela digitalização:

1

¹ Nos Relatórios Estatísticos de Acesso Presencial consultados, não constavam informações do ano de 2001.

2

¹ Nos Relatórios Estatísticos de Acesso Virtual de 2007, a contagem foi feita considerando-se apenas os meses de novembro e dezembro, já que o SIAAPM foi lançado em outubro.

Esses processos de digitalização também vão ser feitos em outros arquivos, em outros fundos. Por exemplo, vai ter o Projeto Resgate, que é a digitalização da documentação que estava em Portugal, então eles digitalizam e colocam em CDs. É um projeto comemorando os 500 anos do descobrimento do Brasil. Os arquivos são equipados com os computadores e com a mídia. **Então ele, o APM, passa a dar acesso a esses a fundos que não eram da guarda dele**, nos anos 90 [...] passa a dar acesso a documentos de que ele não tinha a guarda, de outros locais. **Então, assim, mudou muito.** [...]. **As digitalizações, mesmo nesse período, permitiram a ampliação do acesso.** (Entrevistado 1, grifo nosso).

Um projeto nosso, que foi feito pelo professor Caio Borges, se chama o projeto Rio Branco. Foi digitalizado o acervo de Minas que estava em Portugal. Então, o que acontece com isso? Ninguém precisava mais ir a Portugal para ver um documento. Então, aqui, o Arquivo fez o seguinte: em 2004, por aí, o Arquivo fez um projeto com patrocínio da Caixa Econômica, que foi digitalizar todos os acervos das Câmaras Coloniais, que é baseado na experiência do Projeto Resgate Brasil e Portugal. Então, ninguém precisava ir à Campanha, ninguém precisava ir a São João Del-Rei, Sabará ou a qualquer outro lugar para ter acesso ao acervo das Câmaras Coloniais. [...]. **Então ela, a digitalização, veio para dar luz a esse acervo que estava guardado aqui, porque ele é de domínio de todo mundo.** (Entrevistado 3, grifo nosso).

Esses sistemas eram todos internos. Então, ainda, tudo funcionava como Intranet. Então você estava necessariamente condicionado a ter a presença do pesquisador aqui. [...]. **Talvez você consiga enxergar algum impacto no acesso**, mesmo antes do SIA, em razão da existência de sistemas dessa política de digitalização. [...]. Quando você digitaliza, você passa a ter outros recursos e isso facilita para o pesquisador. Talvez o impacto não seja tão grande, obviamente, em comparação com o impacto que se passou a ter na medida em que o acervo foi sendo disponibilizado, gradualmente, na Internet, mas, ainda assim, **eu acredito que deve ter dado uma mudança de movimento e que isso possa ser percebido.** (Entrevistado 5, grifo nosso).

b) Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro

O SIAAPM contribuiu, de forma substantiva, para a ampliação do acesso ao acervo do APM. A partir de 2006, passou-se a planejar a expansão do acesso por meio da disponibilização de consultas pela Internet. Conforme pode ser observado no Quadro 1, em 2007 houve uma quantidade de 5.735 usuários presenciais e 12.013 acessos remotos, sendo que em 2008 a quantidade de acessos presenciais caiu para 3.699, enquanto a quantidade de acessos remotos subiu para 86.022. No ano de 2009, o número de acessos presenciais caiu ainda mais, para 3.023, enquanto que o de acessos remotos aumentou para 205.845, número esse que só aumentou nos anos seguintes. Embora tenha havido uma queda na quantidade de usuários presenciais, tal fato não é interpretado, pelo APM, como uma diminuição do acesso, uma vez que o acesso remoto aumentou consideravelmente, sendo isso interpretado como uma mudança da forma de acesso, do presencial para o remoto, como apontado por alguns entrevistados. Seguem, na sequência, trechos extraídos de entrevistas e que se relacionam, direta ou indiretamente, às questões ligadas à ampliação do acesso proporcionada pela implantação do SIAAPM:

Democratizou e cresceu substancialmente. Com o SIA, o aluno do interior não precisava mais viajar para fazer uma pesquisa, que custava caríssimo [...] ele podia consultar em casa e isso faz muita diferença. [...] A forma de acesso, ela muda. Mas é isso. Esse fator de democratização e socialização é fantástico. E é uma bobagem as pessoas pensarem que se colocando na *web* você vai perder a frequência de público: **você perde local, mas você ganha em números.** (Entrevistado 2, grifo nosso).

É crescente a busca *online*. No Arquivo, esvaziou um pouco, com o site, a procura presencial [...] é o que acontece com esses acervos, quando eles são criados no modo digital. Qual é a intenção disso? É democratizar e fazer com que fique mais cômodo para o pesquisador, porque ele pode acessar pelo próprio site, então é justamente para democratizar mesmo o acesso, porque as pessoas tinham que vir aqui ao Arquivo e hoje não precisa. [...]. (Entrevistado 3, grifo nosso).

O que a gente percebeu é que o nosso público presencial, ele começou a diminuir, na medida em que a gente foi alimentando o sistema, e o nosso público virtual começou a aumentar, o que já era uma expectativa natural [...] a partir do momento em que o acervo, falando do conjunto dos fundos e das coleções, foram para o SIAAPM, na Internet, o Arquivo, enquanto Instituição, fica mais visível e isso aí já é um ganho muito grande [...] a visibilidade da Instituição, a Instituição se projetou. [...] E tem outro lado também, porque o site, ele está ali para facilitar, mas ele também funciona como um atrativo. (Entrevistado 5, grifo nosso).

5.4 Diversificação do público

a) Digitalização

A digitalização no APM em muito contribuiu para a diversificação do público. Um fato que foi constatado é que, além de ter o propósito de promover a ampliação do acesso, a digitalização também focou nos diferentes públicos que poderiam vir a consultar o acervo, conforme aponta Valle Jr. (2003, p. 115):

A disponibilização do acervo para os usuários envolveu a criação não apenas do sistema de informação, mas também de uma página da *web* que focalizasse os interesses dos diferentes públicos do arquivo: acadêmicos, produtores de documentação no Executivo do Estado, estudantes, etc.

As principais fontes de dados para a constatação da influência da digitalização na diversificação do público foram as entrevistas, como pode ser notado a partir dos trechos das entrevistas a seguir:

O processo de digitalização também possibilitou ao Arquivo fazer convênios com outras instituições, espécies de convênios e aproximação com outras instituições, que até então a gente não fazia. **O Arquivo, ele intensifica a emissão de certidões nesse período** e vai intensificar mais ainda quando ele vai para o sistema, para Internet, porque o Consulado Italiano acompanhou muito o Arquivo Público Mineiro nesse processo. Então,

acho que esse tipo de público você tá interessado em saber. **Então, muda o público. Então, já não é mais essencialmente aquele pesquisador que vai em busca do conhecimento para produção de conhecimento de caráter historiográfico, mas intensifica esse público que vai à procura de provas, documentos que provam, então isso daí foi muito importante. A gente aproxima do cidadão. [...]. Nesse período, que foi só digitalização, muda, assim, o público,** porque ele passa a dar acesso a fundos que não são dele, que não estão sob a guarda dele, mas como ele tem os equipamentos, ele viabiliza o acesso. [...]. (Entrevistado 1, grifo nosso).

Existe um movimento também muito importante, e que você tem que levar em conta, **que é o movimento que vem da sociedade.** Porque em 2000, mais ou menos, chega ao Arquivo, depois de uma longa negociação, a documentação do DOPS, do Departamento de Ordem Política e Social, que é um pedaço da Secretaria de Segurança Estadual. E chega na forma só de microfimes, não chega na forma de [...] eles destruíram o documento físico lá, a Polícia, mas sobrou o microfilme. Então, **houve todo um projeto para digitalizar os microfimes e promover o acesso, porque isso é uma demanda que vinha de setores articulados da sociedade.** Então, **acho que é muito importante também isso aí, essa política do acesso da Ditadura para reparação de direitos.** (Entrevistado 4, grifo nosso).

b) Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro

O SIAAPM trouxe uma nova realidade, pois, em sua concepção, já pensava-se em atender novos públicos, ou seja, ir além dos pesquisadores e diversificar o acesso. Conforme aponta Santana (2010, p. 132), “o foco do projeto era o cidadão. Todas as ações visavam à disponibilização de informações em interface padronizada e amigável, facilitando o acesso à informação pública”. Assim como na digitalização, as principais fontes de dados para a constatação da influência do SIAAPM na diversificação do público atendido foram as entrevistas, como pode ser notado a partir dos trechos a seguir, que mostram, direta ou indiretamente, percepções acerca da diversificação do público promovida pelo SIAAPM:

Eu lembro até hoje dos consulentes do Japão. O Renato, ele sempre falou isso, eu lembro dele falando isso, porque quando eu fui Diretora de Arquivos Permanentes, ele era Superintendente. Então, **isso daí me impactou muito, porque eu lembro que ele falou que nós tivemos acessos do Japão.** (Entrevistado 1, grifo nosso).

Você tem, por exemplo, o caso da imigração italiana. [...]. **No momento em que a gente digitaliza essa documentação, que estava bem organizada, e coloca isso na web, explode e não é um público de história, é um público buscando o caráter probatório. Você vai encontrar também muita gente que está em casa [...] na Internet, buscando coisa nova, lendo coisa nova.** Tem um momento em que **a História deixa de ser coisa de historiador e passa a ser assunto de interesse geral.** Outra coisa também que eu vi são as fotografias, filmes e coisas que a gente colocou na Internet [...] **trouxe outro público também, pessoas interessadas em pesquisar coisas sobre onde ele morava, o público de uma cidade do interior que vai buscar informação sobre a sua cidade e tem essa pesquisa de caráter probatório que facilita para o cidadão.** E eu acho que é muito importante, agora que a gente está discutindo transparência do governo [...] a questão da obrigação das informações estarem disponíveis com a Lei de Acesso. (Entrevistado 2, grifo nosso).

O que a gente percebe [...] é que o grosso da demanda está relacionado com a documentação relacionada às matrículas de imigrantes, o pessoal que está interessado na pesquisa

probatória. Se eu fosse colocar no *ranking* e se for lá no sistema, com certeza o módulo mais acessado é o módulo que tem os livros de matrícula. [...] **um outro público que, em razão dos documentos estarem na Internet, também eu acho que ficou, digamos assim, mais interessado no que o Arquivo tem para oferecer, são os jornalistas.** [...] **alguns nichos foram ampliados nesse sentido.** (Entrevistado 5, grifo nosso).

5.5 Discussão dos resultados

As primeiras observações a serem feitas são em relação à **identificação das TIC**, sendo que, apesar de ter havido propostas de informatização anteriores a 1999 e também sistemas internos de consultas anteriores de 2007, a adoção da digitalização e a implantação do SIAAPM foram consideradas como marcos e por isso foram os dois grandes momentos, em termos tecnológicos, considerados na pesquisa. Outro ponto que foi observado e que merece destaque é que, direta ou indiretamente, sempre uma tecnologia deu suporte para a tecnologia seguinte. A microfilmagem, adotada a partir de 1973, gerou, ao longo dos anos, um conjunto considerável de documentos em microfilme, sendo que esses microfilmes foram muitas vezes usados nos processos de digitalização. Por sua vez, a digitalização, adotada a partir de 1999, gerou, ao longo dos anos, um conjunto considerável de documentos digitalizados, sendo que esses documentos foram a base para a estruturação dos diversos módulos de pesquisa que, em 2007, foram integrados e deram origem ao SIAAPM. Um terceiro ponto observado e já mencionado anteriormente, inclusive por alguns entrevistados, é que, em grande parte dos casos, a implantação das tecnologias esteve atrelada a algum projeto e fonte externa de financiamento.

As demais observações referem-se à **ampliação do acesso** e à **diversificação do público**. Um fato limitador em relação à ampliação do acesso é a natureza do assunto de que os documentos tratam, isto é, o acervo do APM é composto por documentos provenientes do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais. Por mais que haja recursos tecnológicos disponíveis, o público atendido sempre será aquele que possui algum interesse nessa documentação, sendo que as TIC, na verdade, passaram, de alguma forma, a viabilizar esse acesso. Tal fato não é visto como problema, mas sim como uma característica natural do acervo da Instituição. Mas as aplicações possíveis e seus públicos nunca serão previsíveis. Outro fato a destacar é que, embora as tecnologias tenham sido vistas, até aqui, com otimismo, é fundamental que se observe o poder dessas ferramentas para que não ganhem centralidade e venham a minimizar a visão do acervo, por questões de decisões política e institucional. A decisão de eleger ou elencar no acervo os documentos a serem digitalizados ou incluídos no sistema pode vir a restringir o acesso e a diversificação de usuários. Todas as ferramentas identificadas foram utilizadas para tratar uma parte do acervo, eleita pela Instituição para receber aquele tratamento e tornar-se mais facilmente acessível aos usuários, porém, toda escolha é limitadora, na medida em que, ao escolher e privilegiar um conjunto, outros documentos

deixam de ser tratados e expostos, tornando possível, principalmente considerando-se o SIAAPM e o acesso remoto, que parte do acervo deixe de ser conhecida, vista e acessada pelos pesquisadores ou pelos cidadãos. Além disso, com o acesso remoto, os usuários podem passar a optar por outras Instituições, em detrimento daquela que ele habitualmente frequentava.

6 CONCLUSÕES

De uma forma geral, notou-se, durante a realização da pesquisa, que as ferramentas tecnológicas adotadas pelo APM, após 1990, de uma forma geral, não apenas permitiram a ampliação do acesso à informação e a diversificação do público atendido, como também projetaram a Instituição e deram mais visibilidade ao APM para a sociedade, especialmente a partir dos atendimentos às demandas informacionais dos cidadãos, em busca de certidões e outras informações.

Alguns fatos relevantes, já mencionados, tangenciam esse cenário e merecem ser reiterados. Primeiramente, é válido ressaltar a importância da microfilmagem, adotada na década de 1970, para as atividades de digitalização que vieram a ser adotadas no final da década de 1990, assim como a digitalização, que foi importante e deu suporte para o desenvolvimento do SIAAPM. Um segundo fato, que ficou claro durante todo período de realização da pesquisa, foi que a implantação dessas novas tecnologias pela Instituição foi algo sempre ligado a projetos e dependente de recursos, muitas vezes externos, para a sua execução, de forma que a falta de recursos é fator limitante para a modernização do APM. Um terceiro fato está relacionado à natureza da documentação do acervo, a qual, por ser restrita aos documentos do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, pode limitar o acesso, na medida em que os habituais usuários do Arquivo serão somente aqueles cujas necessidades informacionais possam ser atendidas por essa documentação. Inclusive, a quarta e última observação diz respeito a esse fato, uma vez que percebeu-se que as tecnologias, por si só, podem não gerar a ampliação do acesso e diversificação do público, ou seja, em grande parte dos casos, por si só, as tecnologias não garantem novos públicos, sendo que quem dá esta garantia é o documento, uma vez que o grande papel dessas ferramentas é promover a viabilização desse acesso. Portanto, a partir de todos dados coletados e analisados, respondeu-se ao problema de pesquisa proposto, tendo sido atendidos os três objetivos específicos. Conseguiu-se demonstrar, neste breve relato, a evolução de uma Instituição importante no Estado, demonstrando-se como foi realizada, ao longo dos anos, a adoção das tecnologias pelo APM.

Em termos de limitações da pesquisa, provavelmente o fator mais limitante foi a falta de registro de informações detalhadas acerca do perfil dos usuários, conforme proposto no terceiro

objetivo específico da pesquisa. Os relatórios pesquisados eram tipicamente quantitativos, de modo que, para a consecução desse objetivo, utilizaram-se principalmente as percepções dos entrevistados, em detrimento das fontes bibliográficas e documentais. Já em relação ao escopo da pesquisa, estiveram fora de discussão questões como a qualificação do acesso, verificação do atendimento das demandas e informações mais pormenorizadas a respeito da preservação do acervo. Como sugestão de complementação de pesquisa, bem como de pesquisas futuras, ficam levantadas algumas possibilidades. Primeiramente, poder-se-ia traçar novos objetivos para a pesquisa, como a inclusão da qualificação do acesso e do atendimento às demandas informacionais. Além disso, um importante elemento a ser pesquisado, nos tempos atuais, seria o estudo das redes sociais como ferramentas de suporte à divulgação dos acervos das unidades de informação, especialmente das instituições arquivísticas. Finalmente, poder-se-ia expandir essa pesquisa a outras instituições correlatas, de forma a se realizar estudos comparativos ou mesmo buscar relatar a realidade de outras instituições arquivísticas, nacionais ou internacionais. Mais que construir dados históricos para pesquisadores, o Arquivo Público Mineiro constrói a história das sociedades e para desenrolar esta narrativa é preciso haver o apoio instrumental das TIC, que devem ser constantemente atualizadas constantemente.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Camila Cardoso de; CARDOSO, Ana Maria Pereira. **O acesso à informação pública no Brasil: a Lei 12.527/2011 e as práticas sociais.** In: MOURA, Maria Aparecida (Org.). *A construção social do acesso público à informação no Brasil: contexto, historicidade e repercussões.* Belo Horizonte: UFMG, 2014. p.107-125.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.** Rio de Janeiro, 2005. 232p. Publicações Técnicas; nº 51.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: Tratamento documental.** 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320. p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 09 jan. 1991.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do artigo 5º, no inciso II do & 3º do art. 37 e no & 2º do art.216 da Constituição Federal; altera a Lei n.8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a lei n.11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159,de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 19 nov. 2011.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** Tradução: Rosineide Venâncio Majer, 9ª ed., São Paulo, Paz e Terra, 2005.

COSTA, Luanda Araripe Lustosa da. **As tecnologias digitais em práticas de ensino e de aprendizagem - cultivando nativos digitais na escola pública do século XXI.** 104 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade). Universidade Estadual do Ceará, 2016.

MINAS GERAIS. **Lei nº 19.420, de 11 de janeiro de 2011.** Estabelece a política estadual de arquivos. Minas Gerais, Belo Horizonte, 12 jan.2011.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática.** 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. 228 p.

SANTANA, Emerson Nogueira. **Acesso livre à informação pública.** Revista do Arquivo Público Mineiro, v.46, n.1, p.130, janeiro/junho, 2010.

VALLE JÚNIOR, Eduardo Alves do. **Sistemas de Informação Multimídia na Preservação de Acervos Permanentes.** 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.

THE USE OF INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES IN ACCESS TO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO DOCUMENTS

Abstract: *With the advancement of Information and Communication Technologies (ICT), especially since 1990, the adoption of its tools by different institutions, such as archives, has been progressively observed. In addition to hardware, ICTs now provide software and data networks aimed at making information available. An example of an institution that adopted ICT was the Minas Gerais Public Archive (APM), founded in 1895 and located in the city of Belo Horizonte. The research was guided by the question: what effect has the effect of the use of ICT since 1990 on access to APM documents? Thus, the general objective was to verify the effect of the use of ICT from 1990 on access to APM documents. The research was typically descriptive and qualitative and, for its accomplishment, data were collected through bibliographic research, documentary research and interviews. As a result, it was found that the main tools adopted were the digitization in 1999 and the Integrated Mining Public Archive Access System (SIAAPM) in 2007. In addition to contributing to the preservation of the collection, these tools allowed not only the increase in the number of access to the Institution's documents, as well as contributing to the diversification of the public served.*

Keywords: *Access to information. Public Archives. Information and Communication Technologies.*

Originals recebidos em: 06/09/2019

Aceito para publicação em: 15/10/2019

Publicado em: 31/12/2019